

## GESTÃO 2007-2008

**Presidente: Marcus Pina Mugnaini**  
**Vice-Presidente: Maria do Céu de Avelar**  
**Corregedora: Marta Maria Villalba Falcão Fabre**

---

### 14/12/2007 - NOVOS DIRIGENTES DO TRT/SC TOMAM POSSE

Esquecer eventuais desavenças e desencontros para ajudar a conduzir, com paz e harmonia, a excelência do Tribunal Regional do Trabalho a um patamar ainda mais superior. Assim, como um convite a juízes e servidores, o novo presidente do TRT/SC, juiz Marcus Pina Mugnaini, encerrou a solenidade que marcou a posse da nova administração da instituição, realizada no final da tarde do dia 14 de dezembro de 2007, na sala de sessões do Tribunal Pleno. Ao lado de Mugnaini, estavam as juízas Maria do Céu de Avelar, que deixou a corregedoria para ocupar a vice-presidência (antes pertencente à juíza Licélia Ribeiro), e Marta Maria Villalba Falcão Fabre, a nova corregedora da Justiça do Trabalho catarinense.

O discurso do presidente foi breve e direto. Preferiu deixar as palavras difíceis de lado e responder a duas perguntas: "por que veio e para que veio". Lembrou que chegou a pensar em se aposentar e se dedicar à vida acadêmica - desde 1995, ele leciona na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). "Mas um grupo de amigos começou a me pressionar e acabei renunciando à renúncia. Por isso, eu vim", esclareceu.

Quando foi explicar a finalidade pela qual resolveu se candidatar a presidente, a emoção tomou conta do magistrado. "Eu vim para que o Manoel Raulino, do Xerox, encontre o Celso 'Pintor' no corredor do Tribunal e diga para ele: é um dos nossos está assumindo a presidência do TRT", disse, em tom de metáfora, referindo-se a dois servidores. E assim, citando uma série de encontros imaginários entre vários servidores e juízes, Mugnaini construiu seu discurso, com o objetivo de convocar a todos a participar ativamente de sua gestão.

Outras autoridades também se pronunciaram. A juíza Lília Leonor Abreu falou em nome do Tribunal. Ressaltou a necessidade de a Justiça do Trabalho encontrar mecanismos que evitem a queda da qualidade das decisões em razão do aumento expressivo de ações trabalhistas, verificado nos últimos anos.

O procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho/SC, Acir Alfredo Hack, lembrou do tempo em que foi assistente de audiências de Mugnaini na 2ª VT de Itajaí, entre 1989 e 1993. "Ele sempre me dizia: aceito o erro, só não admito má-fé e desonestidade. Por isso, tenho certeza que, em preceitos éticos, os destinos desta corte estão bem traçados pelos próximos dois anos", destacou o procurador.

O presidente da OAB/SC, Paulo Roberto de Borba, disse que os novos dirigentes assumem um "compromisso com a Justiça". E fez um elogio ao "espírito de moderação" do antecessor de Mugnaini, o juiz Jorge Luiz Volpato.

O presidente do Conselho Editorial da OAB/SC, o advogado César Luis Pasold, disse, emocionado, que a posse do novo presidente do TRT/SC significa um momento importante para academia jurídica. "O juiz Pina foi fundamental para o que chamo de pacto de desenvolvimento da cultura jurídica. Ele não economizou esforços para que o Tribunal começasse a capacitar seus juizes, a partir de convênio com uma instituição de ensino superior para realização de curso de mestrado, em 1999, em atitude pioneira no Brasil", reconheceu Pasold.

Natural de Curitiba, Marcus Pina Mugnaini entrou na magistratura do trabalho em 1980. Antes, foi fiscal do trabalho. Como juiz substituto, atuou em Criciúma, Caçador, Florianópolis e Tubarão. Em 1982, foi promovido a juiz titular na então Junta de Conciliação e Julgamento de Criciúma. Em 1989, assumiu a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Itajaí, onde permaneceu por nove anos até sua promoção para juiz de segunda instância, em outubro de 1998. Atuou em 2003 no Tribunal Superior do Trabalho como juiz convocado. Foi corregedor do Trabalho entre 2002 e 2003. Além de juiz, foi professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), onde lecionou Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Marcus Pina Mugnaini era formado em Letras na PUC-PR (1970) e Direito na Universidade Federal do Paraná (1974). Em 2005, obteve o título de mestre com a dissertação "A ação rescisória trabalhista frente aos princípios processuais, à segurança jurídica e à (in)justiça". Em 2007, assumiu a presidência do TRT/SC.

A juíza Maria do Céu de Avelar, nascida no Rio de Janeiro/RJ, bacharelou-se em Direito pela USP - Universidade de São Paulo em 1977, ingressando como juíza substituta na Justiça do Trabalho em 7 de novembro de 1979, quando o Estado de Santa Catarina ainda compunha a 9ª Região, junto com o Estado do Paraná. Em 19 de outubro de 1982, com o TRT catarinense já instalado, foi promovida por antigüidade ao cargo de juiz presidente da Junta de Conciliação e Julgamento

de Caçador, com exercício a partir de 21 de outubro. Desde então, também atuou nas cidades de Mafra, por dois períodos, e Florianópolis, até ser promovida por antigüidade ao cargo de juiz do TRT, por Decreto presidencial, em 26 de outubro de 2001.

Por sua vez, a magistrada Marta Maria Villalba Falcão Fabre é natural de Sant'Ana do Livramento (RS). Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), ingressando na magistratura catarinense em 1983. Como juíza titular, comandou as varas de São Miguel do Oeste, Jaraguá do Sul, 1ª de Blumenau e 4ª de Florianópolis. Participou do curso de pós-graduação em Direito do Trabalho Comparado de Atualização pela Universidade de Passo Fundo, e fez um curso de mediação no Centro Nacional de Cortes Estaduais de Williamsburg, no estado americano de Virgínia. Marta também foi presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho de Santa Catarina (Amatra/SC) e diretora da mesma associação em nível nacional - a Anamatra.

#### **28/01/2008 - SETOR DE BIBLIOTECA INAUGURA NOVO SISTEMA DE CADASTRO E EMPRÉSTIMOS**

O Setor de Biblioteca do TRT, ao retornar às atividades em 28 de janeiro de 2008, inaugurou o seu novo sistema de cadastro e empréstimos, conhecido como Siabi (Sistema de Automação de Bibliotecas), responsável por interligar os sistemas de biblioteca dos regionais de todo o país.

O novo sistema trouxe facilidades para os usuários. Uma delas é o que os bibliotecários chamam de "disseminação seletiva da informação" (dsi) - o que significa que o usuário é avisado pelo sistema, por e-mail, sempre que a biblioteca receber alguma publicação que seja de seu interesse, a partir de um cadastramento prévio.

A consulta por assunto também foi aperfeiçoada. Antes era necessário digitar a palavra-chave em vários campos de publicação: livros, artigos, revistas etc. Desde a inauguração do Siabi, basta fazer isso uma única vez para o sistema indicar todos os tipos de publicação que tratam do assunto pesquisado.

A terceira comodidade é o aviso de entrega. Quando o prazo do empréstimo estiver vencendo, o usuário receberá um e-mail informando a data de devolução da publicação.

Para quem trabalha na biblioteca, uma das vantagens é a possibilidade de importação de dados de publicações cadastradas por outros Regionais que utilizam o Siabi.

Em relação ao controle de empréstimos, o sistema também é mais eficiente, pois fornece estatísticas em tempo real.

### **13/02/2008 - CONCEDIDA APOSENTADORIA À JUÍZA DA PRIMEIRA COMPOSIÇÃO DO TRT/SC**

O dia 13 de fevereiro de 2008 ficou marcado na história da magistratura trabalhista. Numa sala localizada no nono andar da sede do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, em Florianópolis, a juíza Ione Ramos assinou o último acórdão antes do ato da sua aposentadoria, publicado no dia subsequente.

Gaúcha de Santa Maria, a magistrada já foi presidente e corregedora, além de fazer parte da primeira composição do Tribunal. Ao todo, foram 37 anos dedicados ao ofício de decidir sobre questões envolvendo o conflito capital/trabalho.

### **07/03/2008 - PALHOÇA GANHA UNIDADE JUDICIÁRIA AVANÇADA**

A unidade judiciária avançada (UJA) de Palhoça, vinculada ao Foro Trabalhista de São José, foi inaugurada, às 16h do dia 7 de março de 2008 - o que ampliou o acesso dos catarinenses da Grande Florianópolis à Justiça do Trabalho.

Para começar a funcionar, a UJA recebeu cerca de 300 processos em fase de conhecimento, transferidos das três varas do trabalho São José. Isso correspondia em torno de 16% dos 1812 processos em tramitação no Foro (dados de janeiro de 2007), ou a uma movimentação processual, na fase de conhecimento, semelhante à da 1ª VT de Balneário Camboriú (337 processos).

O imóvel que passou a abrigar a unidade tem um pavimento de 260 metros quadrados e pertencia à antiga agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Está localizado na rua José Carlos Martins, nº 375, próximo ao ginásio Carangueijão.

Oito municípios foram abrangidos pela jurisdição da nova unidade, quais sejam, Palhoça, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e São Bonifácio. O Foro Trabalhista de São José, por sua vez, passou a atender os municípios de Governador

Celso Ramos, Biguaçu, Antônio Carlos e São Pedro de Alcântara, além de São José.

#### **11/03/2008 - INAUGURADO NOVO PADRÃO DE SEDE EM XANXERÊ**

A nova sede da Vara do Trabalho de Xanxerê, instalada em 11/03/2008, inaugurou um novo padrão de construção das sedes próprias do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Assim como Videira, Fraiburgo e Indaial, o projeto de engenharia de Xanxerê teve foco em dois aspectos: acessibilidade para deficientes físicos e melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Uma das novidades do projeto foi a criação de uma sala climatizada exclusiva para o atendimento ao público, junto à secretaria da vara, o que proporcionou um maior conforto para advogados e partes. No balcão de atendimento, fez-se uma adaptação para deficientes físicos, e o espaço destinado ao público, onde as pessoas aguardam as audiências para prestar depoimentos, também foi climatizado.

O projeto trouxe outra novidade: a arquitetura bioclimática. Isso significa que o imóvel foi projetado para aproveitar a ventilação e iluminação natural, permitindo uma economia de energia pela redução do uso de ar condicionado. Economia que também é obtida com a colocação de brises de alumínio nas janelas para evitar a absorção excessiva do calor solar, mantendo a temperatura estabilizada e permitindo sombreamento, além de colaborar com a ventilação.

O engenheiro do TRT/SC João Carlos Godoy Ilha explica que a obra foi concebida pensando-se no melhor aproveitamento possível dos recursos naturais. Cita, como exemplo, o sistema de iluminação dos ambientes. Com refletores parabólicos, as novas luminárias consomem 20% menos energia e iluminam mais.

A nova VT de Xanxerê é uma construção térrea de 450 metros quadrados, localizada a cinco quadras da área central. Até o final de janeiro de 2008, havia 1.223 processos tramitando na unidade, 454 na fase de conhecimento e 769 na fase de execução.

#### **13/03/2008 - PLENO É REINAUGURADO COM NOVA ILUMINAÇÃO E MAIS ACESSIBILIDADE**

Com uma sessão administrativa composta por 17 processos, foram inauguradas, em 13 de março de 2008, as novas instalações da sala de sessões do Tribunal Pleno. A

reforma teve foco em dois aspectos: acessibilidade para portadores de necessidades especiais e iluminação.

Em relação ao primeiro ponto, o Setor de Projetos e Obras do TRT retirou a fileira frontal de cadeiras e nivelou o piso, ampliando o espaço e possibilitando uma maior mobilidade para quem utiliza cadeira de rodas. A capacidade do auditório do Pleno é para 66 pessoas sentadas.

Na questão da iluminação, foram colocadas novas lâmpadas, mas o principal efeito visual foi causado pela substituição dos carpetes das paredes laterais por madeira natural e placas de laminado brancas. Na parede situada atrás da mesa da presidência, portanto, de frente para o público, o SPO colocou blocos de mármore travertino, de cor clara, iluminando ainda mais o ambiente.

#### **04/04/2008 - RECURSOS PARA O TST COMEÇAM A SER DESPACHADOS COM ASSINATURA DIGITAL**

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina deu mais um passo no caminho do processo virtual: em 4 de abril de 2008, o presidente da instituição, juiz Marcus Pina Mugnaini, assinou digitalmente os três primeiros despachos de recursos de revista encaminhados para julgamento no Tribunal Superior do Trabalho.

A assinatura digital de despachos integra o sistema e-Recurso (e-REC). Desenvolvido em parceria entre os TRTs do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o e-REC foi concebido com o objetivo de padronizar os textos dos despachos e permitir que os TRTs disponibilizem ao TST, em rede, os recursos de revista e agravos de instrumento devidamente digitalizados, inclusive com as peças dos autos necessárias para o julgamento. Entre o final de 2006 e o começo de 2007, alguns Regionais (o TRT/SC foi o pioneiro) chegaram a disponibilizar recursos eletrônicos ao TST, mas como o uso do e-REC ainda não havia sido regulamentado e a assinatura digital não estava consolidada, houve uma interrupção no processo.

A regulamentação do e-REC pelo TST aconteceu no início de março, com a publicação do ato do Gabinete da Presidência nº 182.

#### **08/05/2008 - MAGISTRADA LOURDES DREYER É NOMEADA PARA O TRT/SC**

O juiz do trabalho deve enxergar a fragilidade humana para além dos processos, fugindo da cômoda interpretação fria da lei. Com essa filosofia, amparada em 19 anos de magistratura, é que Lourdes Dreyer tomou posse no cargo de juíza togada do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, na vaga deixada pela aposentadoria da juíza Ione Ramos, ocorrida em fevereiro. A promoção de Lourdes, que durante nove anos foi juíza titular da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis, se deu pelo critério de merecimento. A solenidade aconteceu na sala de sessões do Pleno do TRT/SC, no final da tarde do dia 8 de maio de 2008.

O discurso da juíza, embora sucinto, foi preciso na análise do que ela entende ser o papel da Justiça do Trabalho. Na opinião dela, a instituição deve continuar servindo como o "balcão de acolhida" dos trabalhadores. "A constante luta por melhores condições é deles, mas a Justiça do Trabalho deve lhes servir de companheira firme, apaziguadora de conflitos e humanizadora por natureza", afirmou Lourdes.

A juíza alertou também para o grau de desigualdade econômica presente no mundo contemporâneo. Utilizando um conceito marxista, destacou que a "mais-valia" vem atingindo extremos na relação capital-trabalho, embora os ganhos de produtividade não estejam contribuindo para a elevação dos salários e das condições de trabalho. Chamou a atenção, também, para aquilo que denominou de "coisificação" do homem, em especial do trabalhador. "Como se já não fosse vitimado por fatores que o impedem à promoção social em termos de saúde, segurança e educação, o trabalhador enfrenta condições cruéis de trabalho e uma imponderável onda de flexibilização dos direitos trabalhistas", disse.

Por fim, a nova juíza togada do TRT destacou o aumento de responsabilidade que terá daqui para a frente. "Responsabilidade potencializada pelo fato de que vou ocupar a vaga deixada pela estimada colega Ione Ramos, cuja trajetória neste Tribunal é reconhecida e louvada por todos, em razão do seu caráter e afabilidade e sua enorme preocupação com o lado social da aplicação do Direito do Trabalho", elogiou Lourdes.

A solenidade de posse foi permeada por outras atrações. O coral do TRT interpretou as músicas "Ponta de Areia", de Milton Nascimento, e "Como uma onda", de Lulu Santos. A vice-presidente do Tribunal, juíza Maria do Cléo de Avelar, discursou em nome da instituição, destacando o fato de Lourdes sempre ter se comportado de forma independente. "Seu comprometimento foi apenas um: com as questões sociais", afirmou Maria do Céu. O advogado Diogo Apóstolo Pitsica falou

em nome da OAB/SC, instituição da qual é conselheiro, enquanto o procurador Acir Alfredo Hack parabenizou a juíza em nome da Procuradoria Regional do Trabalho catarinense, órgão chefiado por ele.

Natural da capital gaúcha, Porto Alegre, a juíza Lourdes Dreyer formou-se em Direito em 1981 pela Faculdade Integrada de Santa Cruz do Sul (RS). Seu ingresso no serviço público, porém, deu-se dois anos antes: em 1979, começou a trabalhar na então Junta de Conciliação e Julgamento da mesma Santa Cruz do Sul.

Tornou-se magistrada em 1989, na Justiça do Trabalho catarinense. Três anos depois, foi promovida a juíza-presidente da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Joaçaba. Posteriormente, presidiu a 2ª JCJ de Blumenau, de 1993 a 1998. Durante três meses, atuou como juíza-presidente da 1ª JCJ de Balneário Camboriú. Desde 1999, ocupava a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis (com a extinção dos representantes classistas, naquele ano, as JCJs passaram a se chamar Varas do Trabalho), sendo convocada constantemente para atuar no 2º Grau.

Atualmente, integra a 3ª Câmara, a Seção Especializada 1 e a Comissão de Regimento Interno do TRT/SC.

### **30/05/2008 - SEDE PRÓPRIA DA VT DE INDAIAL É INAUGURADA**

O município de Indaial passou a contar, a partir do dia 30 de maio de 2008, com uma sede própria da Justiça do Trabalho - o que acarretou uma economia de R\$ 31,5 mil por ano em aluguéis.

Assim como Xanxerê, Videira, Fraiburgo e Joinville, o projeto de arquitetura de Indaial tem foco em dois aspectos: acessibilidade para deficientes físicos e maior eficiência no aproveitamento dos recursos naturais.

A construção tem banheiros adaptados, rampa de acesso para cadeirantes e estacionamento para pessoas com portadores de necessidades especiais. Além disso, parte do piso foi adaptado para que os cegos possam se orientar com mais tranquilidade (piso podotátil).

A maior eficiência no aproveitamento dos recursos naturais pode ser observada em dois aspectos. O primeiro é a ventilação cruzada na área de público, que vai possibilitar a redução do uso de ar condicionado. A iluminação do ambiente é o segundo aspecto que comprova o melhor aproveitamento dos recursos naturais. Ela é setorizada, ou seja, os refletores próximos às janelas foram isolados, e não são acesos



simultaneamente aos demais ambientes. O custo da obra, de 478 metros quadrados, foi de R\$ 583,4 mil.

#### **JUNHO/2008 - MÓDULO DE DISTRIBUIÇÃO DO SAP 2N É APLICADO EM SEGUNDO INSTÂNCIA**

O Serviço de Distribuição de 2ª Instância passou a contar com o módulo de distribuição do SAP 2n, novo sistema de acompanhamento de processos de 2ª Instância. A medida permitiu a simplificação dos procedimentos, a eliminação de tarefas repetitivas e desnecessárias e maior flexibilidade para absorver alterações normativas e de procedimentos.

#### **30/07/2008- FÓRUM DE IATJAÍ É AMPLIADO**

Em cerimônia de inauguração realizada em 30 de julho de 2008, foram inauguradas as novas instalações do Fórum Trabalhista de Itajaí, que possibilitaram a integração das três varas do trabalho num único imóvel.

A nova casa da Justiça do Trabalho praticamente dobrou de tamanho: sua área passou de 627 para 1.184 metros quadrados. No terreno ao lado da antiga unidade, doado pela Prefeitura Municipal, foi construída uma edificação para receber a 3ª VT, que vinha funcionando numa casa alugada. O Serviço de Distribuição e a Central de Mandados ficaram instalados em anexo situado à frente do prédio principal.

A reforma resultou em maior conforto para servidores e usuários. Nas salas de audiências e nos ambientes de espera de público, foi instalado sistema de ar condicionado central. Um sistema de iluminação mais eficiente também foi introduzido, permitindo um maior fluxo de luz e menor consumo de energia.

Os portadores de necessidades especiais foram beneficiados pela reforma, uma vez que ganharam banheiros adaptados, rampas de acesso com corrimãos e placas de sinalização.

Além disso, as vagas de estacionamento aumentaram, assim como o espaço para a guarda de bicicletas. Também foi construído um vestiário com banheiro e chuveiros para os servidores que forem trabalhar de bicicleta.

#### **04/07/2008 - TRT MEDEIA ACORDO QUE PÕE FIM À GREVE DO TRANSPORTE COLETIVO EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalhadores e empresários chegaram a um acordo para colocar fim à greve no transporte coletivo da Grande Florianópolis, deflagrada na manhã do dia 2 de julho de 2008. A proposta, aprovada na noite do dia 4 de julho do mesmo ano, pela assembléia do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Urbanos de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis (Sintraturb), foi consolidada após quase cinco horas de uma reunião mediada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Marcus Pina Mugnaini, a procuradora do trabalho Marilda Rizzatti e o juiz do trabalho Alexandre Luiz Ramos, titular da 2ª VT de São José. A reunião aconteceu no gabinete do prefeito municipal, Dário Berger.

#### **08/08/2008 - JUÍZES PASSAM A ASSINAR ACÓRDÃOS POR MEIO ELETRÔNICO**

Os juízes de segunda instância do TRT/SC passaram a contar com o auxílio de uma ferramenta que colocou um ponto final numa tarefa simples e banal, mas que costumava ocupar um bom tempo de seu trabalho diário: a assinatura manual dos acórdãos. Com o novo sistema digital de assinaturas, implantado em todos os gabinetes a partir de 12 de agosto de 2008, foi encurtado o prazo de tramitação processual dos recursos e sedimentada a cultura do processo virtual na instituição.

Como o processo ainda era físico, o acórdão continuou a ser impresso e juntado ao processo. Mas o documento com validade jurídica, a partir de então, passou a ser o acórdão digitalizado armazenado no banco de dados.

A assinatura digital constituiu mais um importante passo dado pela Justiça do Trabalho de Santa Catarina em direção ao processo virtual. Assim como o peticionamento eletrônico, as publicações do Diário Oficial Eletrônico e a assinatura digital dos recursos que vão para o TST, é um aparato tecnológico que fortaleceu a cultura da digitalização de documentos.

O procedimento é simples e rápido. Cada magistrado é detentor de um cartão, com seu nome e CPF, que funciona como sua assinatura digital. Ele o insere no computador, ativa o programa e, então, seleciona em uma lista os acórdãos que deseja assinar. Está resolvido. Aqueles que precisam de revisão são devolvidos eletronicamente pelo magistrado ao gabinete.

## **22/08/2008 - TRT ELIMINA NÚMERO RECORDE DE PROCESSOS**

Um número de recorde de processos foi eliminado no dia 19 de agosto de 2008, como parte do programa de Gestão Documental e sob a supervisão da Comissão Permanente de Gestão Ambiental. Foram quase 14 mil processos judiciais e 808 caixas de documentos administrativos, resultando num total de 11,2 toneladas de papel picotado.

Como de praxe, antes de serem destruídos, os processos foram doados para duas cooperativas de catadores de lixo, a Associação Recicladores Esperança (Aresp) e a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR). Com a venda do papel para reciclagem, cada uma das associações recebeu R\$ 1.954,94, maior valor entre as nove doações realizadas desde o início do Projeto, em março de 2007.

## **24/09/2008 - FALECE O PRESIDENTE DO TRT CATARINENSE**

Vitimado por um enfarte fulminante em 24 de setembro de 2008, faleceu o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, juiz Marcus Pina Mugnaini, aos 59 anos.

A morte deixou um profundo vazio no mundo acadêmico e jurídico. Na academia, porque não economizou esforços para que a Justiça do Trabalho começasse a capacitar seus juizes, a partir de convênio firmado com a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) para curso de mestrado, em 1999, em atitude pioneira no Brasil. No mundo jurídico, porque Marcus Pina era um magistrado que olhava para além dos vidros de seu gabinete, buscando aproximar a justiça da sociedade. Prova disso foi sua participação decisiva para por fim à greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo da Grande Florianópolis, em maio de 2008, ao lado do colega Alexandre Ramos.

Desde seu discurso de posse, o magistrado não escondeu que a prioridade de sua Administração seria a primeira instância, tanto no que se refere à necessária estrutura material e organizacional como às condições de trabalho dos servidores. Neste sentido, destacam-se a negociação e o convênio firmado para a mudança do Foro Trabalhista de Florianópolis e a promoção de uma redistribuição de funções comissionadas beneficiando os servidores das varas do trabalho. Ainda no campo da organização do trabalho, propôs e teve aprovada pelo Tribunal Pleno a criação da Coordenadoria Estadual de Execução de

Mandados, para buscar a uniformização e racionalização de procedimento nas execuções.

Apostando na qualificação profissional dos servidores, o juiz Marcus Pina alterou a regulamentação do adicional de qualificação, valorizando o conhecimento científico das áreas técnicas do Tribunal. Investiu com entusiasmo na implementação do processo virtual.

A compreensão de que a burocracia é uma das grandes responsáveis pela morosidade da Justiça levou o presidente a editar a Portaria 678/08, que eliminou uma série de rotinas desnecessárias na tramitação dos processos de 2ª Instância. Da mesma forma, apoiou de forma incondicional os servidores que estão trabalhando no projeto de Planejamento Estratégico do TRT/SC, ciente da necessidade de a Instituição delinear um planejamento de longo prazo, incólume a mudanças de administrações.

#### **Olhares derrubados**

A presença de mais de 200 pessoas no enterro, quase metade delas composta por servidores e juízes, deu a dimensão dessa estreita ligação. Durante a cerimônia, realizada em Itajaí, no Cemitério Parque Crisântemos, todos se cumprimentavam em silêncio, com olhares derrubados que afogavam as palavras.

O magistrado deixou órfãos Luciana, Liliane, Paulo Henrique e Marcus Vinícius.